

Resenha de TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa

Benito Schmidt

Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS
Doutor em História pela UNICAMP
benitobs@terra.com.br

Em 1998, a revista *Estudos Históricos* publicou um número comemorativo aos 25 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que edita o periódico, cujo tema era “Arquivos pessoais”, sem dúvida um marco para o estudo deste tipo de acervo no Brasil. Nele, foram reunidos textos de profissionais das Ciências Humanas e das Ciências da Informação, boa parte dos quais apresentados em um seminário ocorrido no ano anterior. As editoras convidadas da publicação – Ana Maria Camargo, Célia Costa, Luciana Heymann e Priscila Fraiz – ressaltaram, em sua apresentação, que os dois principais eixos que aglutinavam os artigos eram a forma como estes arquivos constituíam uma “produção de si” dos seus titulares e o estatuto de tais acervos no campo da arquivística. O texto introdutório finalizava com um convite aos leitores para embarcarem na “aventura” dos arquivos pessoais, caracterizada pelas autoras como “sugestiva e provocadora”¹.

De lá para cá, diversos pesquisadores, de variadas áreas do conhecimento, aceitando direta ou indiretamente esse convite, embarcaram em tal aventura, no sentido tanto de usar mais sistematicamente os papéis contidos nestes arquivos, quanto, e talvez mais importante, de pensá-los também como objetos de reflexão e não apenas como repositórios de fontes. Isso se deu em trabalhos que se voltaram especificamente a investigar a trajetória, as lógicas e os efeitos sociais e culturais de acervos deste tipo², mas também em estudos que, apesar de se direcionarem a outras problemáticas, não negligenciaram o exame dos arquivos pessoais pesquisados como forma de compreender as possibilidades e os limites dos documentos neles contidos e de

apreender nuances diferenciadas dos objetos/sujeitos examinados³. Enfim, pode-se dizer que houve avanço nas pesquisas *com* e *sobre* arquivos pessoais, embora se deva reconhecer que ainda há muito a ser feito nesta área.

Neste sentido, a coletânea *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*, organizada por Isabel Travancas, Joëlle Rouchou e Luciana Heyman, lançada mais de 15 anos depois daquele número da *Estudos Históricas*, cujos artigos, aliás, são seguidamente referidos pelos autores dessa nova publicação, vêm a contribuir em muito ao desenvolvimento deste campo de pesquisas. Os textos reunidos no livro, publicado também pela Fundação Getúlio Vargas, em sua quase totalidade, como no caso da revista, foram anteriormente apresentados em um seminário, esse realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa nos dias 23 e 24 de agosto de 2010. As instituições envolvidas em ambos os eventos e publicações – o Instituto de Estudos Brasileiros da USP e o CPDOC, no caso da revista, e a Casa Rui e novamente o CPDOC, no que tange à coletânea – não por acaso são detentoras de importantes arquivos pessoais, sobretudo de intelectuais e lideranças políticas, e tal fato nos leva a pensar que em ambas as situações existe o desejo de unir atividade arquivística e reflexão intelectual, ou seja, conjugar o trabalho prático com os documentos de determinada personalidade (localização, organização, disponibilização ao público) ao estudo desses conjuntos, permitindo que ambos os fazeres se retroalimentem e se aperfeiçoem.

O seminário que gerou o livro tinha como propósito “discutir pesquisas *em* arquivos pessoais e, sobretudo refletir *sobre* esses arquivos”, em um “esforço de desnaturalização” que tornasse “visíveis as narrativas produzidas em torno e por meio” destes acervos documentais (p. 7). As ressonâncias do chamamento se fazem sentir em todos os textos da coletânea, nos quais se percebe um esforço de compreensão tanto das relações de saber e poder implicadas na montagem destes arquivos (por parte de seus titulares, herdeiros, instituições de guarda, documentalistas, pesquisadores etc.), quanto dos seus efeitos discursivos, ou seja, da maneira como produzem narrativas capazes de constituir e perenizar determinadas imagens a respeito dos indivíduos a que se referem. Por outro lado, como demonstram alguns dos textos, esses conjuntos documentais são também vias privilegiadas para esquadrihar silêncios, esquecimentos, omissões e pontos obscuros, dificilmente visualizáveis em outros tipos de acervo.

A coletânea se divide em três partes: “Pensando arquivo”, com textos de caráter mais teórico e metodológico; “Arquivos e histórias”, abarcando estudos sobre arquivos de historiadores, político e antropólogo; e “Arquivos da literatura e das artes”, incluindo, obviamente, análises de arquivos de literatos e de um artista plástico.

Na primeira parte, Sue McKemmish evidencia a volatilidade dos sentidos dos registros contidos nos arquivos pessoais, os quais são conferidos pelas relações documentárias e contextuais em que estão inseridos, situação potencializada pelos ambientes digitais. Já Philippe Artière, que também havia publicado artigo sobre o tema no número da *Estudos*

Históricos antes referido, a partir de alguns exemplos, volta a investigar a maneira como essa produção documental implica igualmente uma produção de subjetividades. Aline Lacerda, por seu turno, em abordagem de caráter metodológico, trata do lugar dos documentos fotográficos nos arquivos pessoais, apostando em um enfoque que leve em conta os contextos de produção dos documentos no tratamento das imagens. Por fim, Luciana Heymann, organizadora de ambas as publicações, e uma das maiores especialistas do tema no Brasil, aborda o “olhar etnográfico” no tratamento dos arquivos pessoais, deslocando a atenção dos documentos para os processos de constituição destes acervos, com ênfase nos contextos sócio-históricos e arquivísticos que configuram tais conjuntos documentais.

No segundo bloco, com uma mirada bastante original que comentarei mais adiante, Miguel Soares Palmeira e Felipe Brandi evidenciam a importância (e também os limites) da utilização de arquivos pessoais de historiadores na análise historiográfica, examinando, respectivamente, os papéis de Moses Finley e de Georges Duby. Na sequência, Letícia Nedel aborda, com base na análise do espólio documental de Getúlio Vargas, o caráter ambivalente dos arquivos pessoais, produzidos individualmente no ambiente privado e reconfigurados coletivamente no mundo público em decorrência de sua patrimonialização. Candice Vidal Souza encerra esta parte com sua investigação na área da história do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil, utilizando para tanto a documentação do antropólogo Marcos Magalhães Rubinger, tomando-a como fio condutor para reconstituir o ambiente institucional do Museu Nacional, levando em conta a introdução na década de 1960 de novos parâmetros para a pesquisa etnológica no ensino de Antropologia no país.

Na última seção, Maria da Conceição Carvalho se volta ao arquivo do ensaísta, crítico literário e romancista Eduardo Frieiro, assinalando o contraste entre a sua introspecção e o seu desejo de autoconstruir-se através de seus papéis, nos quais reconhecia sua “vida verdadeira”. Já Eduardo Coelho mostra o jogo de esconde-esconde estabelecido por Manuel Bandeira em relação à influência que o escritor francês Blaise Cendrars teve em sua poesia. Isabel Travancas, por seu turno, examinando tanto a produção jornalística quanto o arquivo privado de Carlos Drummond de Andrade, deixa clara a preocupação do escritor com sua memória documental e com a posteridade das memórias dos escritores brasileiros. Joëlle Rouchou examina o pequeno arquivo do jornalista, escritor e acadêmico Álvaro Moreyra, demonstrando que neste acervo ganham destaque não a vida pública, mas as relações e sentimentos privados, especialmente aqueles direcionados a sua esposa Eugênia. Encerrando a coletânea, Frederico Coelho, por um lado, aborda o cuidado de Hélio Oiticica em arquivar o seu processo criativo e, de certa maneira, garantir a perenidade de sua obra, em grande parte marcada por aparente efemeridade e transitoriedade; por outro, de maneira extremamente criativa, discute os impasses gerados pela destruição deste arquivo “original” em razão de um incêndio ocorrido em outubro de 2009 e a sua preservação em suporte digital, o que

lhe permite levantar questionamentos sobre temas como originalidade, autoridade, direitos autorais e fixidez quando se trata de arquivos pessoais.

Para além de seus aportes específicos, os textos, em seu conjunto, trazem importantes subsídios para pensar estes arquivos como produtos de múltiplas operações sociais e intelectuais, e como produtores de subjetividades e memórias. Destacarei, na continuidade, alguns pontos que me chamaram a atenção na leitura do conjunto da obra.

O primeiro diz respeito ao fato de que tais acervos se prestam muito bem a abordagens multidisciplinares, as quais contribuem, desde diferentes tradições de pensamento, para a sua compreensão enquanto artefatos socioculturais. Certamente não é por acaso que o livro reúne autores procedentes de áreas como História, Antropologia, Literatura, Jornalismo e Ciências da Informação. Chama também a atenção o fato de que alguns dos autores dos textos tenham formação em campos diversos, como a organizadora Luciana Heymann, que é graduada em História, mestre em Antropologia Social e doutora em Sociologia, o que certamente possibilita uma abordagem mais complexa desses arquivos. Por outro lado, ao contrário do número especial da *Estudos Históricas* dedicado ao tema, não há discussões específicas do campo da Arquivologia. Apesar disso, é de se esperar que as reflexões apresentadas na coletânea possam também contribuir à prática arquivística, por vezes bastante refratária a inovações, direcionada aos arquivos pessoais.

Os textos também permitem constatar a ausência de qualquer inocência dos autores no que tange ao trabalho com os arquivos pessoais. No número da *Estudos Históricas* dedicado ao tema, Ângela de Castro Gomes, em artigo significativamente intitulado “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, chamava a atenção para a “ilusão de verdade” que esses conjuntos documentais potencialmente gerariam entre os pesquisadores, pois esses poderiam ter a ilusão de estarem tocando diretamente na verdade mais íntima de seus titulares. Nas palavras da autora: “Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros”⁴.

Os autores da coletânea aqui resenhada souberam habilmente conjurar esse feitiço e se desenredar habilmente das malhas nas quais tal magia potencial poderia lhes prender. Todos estão bem conscientes de que os arquivos pessoais são construções interessadas de seus produtores (e/ou de seus herdeiros, e/ou das instituições que os preservam), os quais realizam seleções rigorosas do que deve ou não ser legado à posteridade e aberto ao público, visando à configuração de uma determinada imagem de si, para si e para os outros, ou seja, de uma identidade, conforme a acepção de Michael Pollak⁵. Nestes, como em outros arquivos, nada é inocente ou natural, e por isso o pesquisador precisa estar atento às múltiplas operações que, de maneira mais ou menos consciente, delineiam a sua constituição.

Destaco ainda dois textos, já apontados anteriormente, os quais têm por base a análise de arquivos pessoais de historiadores, oferecendo uma contribuição bastante original aos estudos de história da historiografia que muito têm se desenvolvido no Brasil. Tais estudos, em sua grande maioria, utilizam como fontes as obras publicadas dos historiadores, ou no máximo os seus manuscritos, mas poucos se valem dos papéis pessoais desses intelectuais, até porque boa parte desses conjuntos documentais não estão organizados e disponíveis ao público. Evidenciando o aporte desses acervos às pesquisas de caráter historiográfico, Miguel Palmeira demonstra a utilidade do arquivo pessoal do historiador da economia antiga Moses Finley (1912-1986) para “[...] pensar o historiador nas suas relações – com seus objetos de conhecimento, com a tradição da disciplina à qual estava institucionalmente ligado, com outros acadêmicos, editores, alunos etc.” (p. 82). Nos “Finley Papers”, abrigados na seção de manuscritos da biblioteca da Universidade de Cambridge, o autor encontra elementos para a análise dos textos publicados pelo historiador norte-americano, do processo de consagração de um modelo de história antiga e da trajetória pessoal e intelectual de Finley. Já Felipe Brandi, ao se voltar à contribuição do medievalista francês Georges Duby (1919-1996) à reflexão sobre o fazer historiográfico, deparou-se com o arquivo privado do renomado historiador francês, conservado no Institut Mémoires de l’Édition Contemporaine (IMEC), em Caen. Ao observar as lacunas e as ênfases deste acervo, Brandi notou que a acumulação de papéis por parte de Duby correspondia ao momento de sua consagração intelectual tanto na Academia como junto ao grande público, e ao seu processo de explicitação enquanto autor através de uma série de textos “ego-históricos”. Assim, “no caso de Duby, ‘consciência de autor’ e ‘consciência de arquivista’ teriam [...] se reforçado mutuamente”, ou seja, “[...] a constituição dos documentos reunidos no Fonds Duby esteve motivada por essa maior projeção social do historiador” (p. 121). É de se desejar que estes textos motivem, por um lado, um maior uso dos arquivos privados em pesquisas de história da historiografia e, por outro, mais atenção à preservação e disponibilização destes acervos ao público.

Por fim, chamou minha atenção os efeitos da chamada revolução digital sobre a análise e o tratamento dos arquivos privados, aspecto abordado nos dois primeiros textos do livro, de caráter mais geral, mas que reverbera apenas em um dos estudos de caso, o de Frederico Coelho sobre o acervo de Hélio Oiticica, já que os demais autores se voltam a arquivos tradicionais, em suporte papel, o que não deixa de ser revelador dos gostos e hábitos intelectuais dos pesquisadores (provavelmente ainda pouco à vontade para lidar com outros ambientes de arquivamento). Através da análise do Arquivo Mandela e do Koorie Archiving System, relacionado às comunidades indígenas Koori da Austrália, Sue McKemmish trata da importância dos ambientes digitais na “[...] efetiva democratização dos arquivos, não só pelo acesso generalizado a eles, mas também pela participação ampla na sua constituição e interpretação” (p. 41). Philippe Artières, por seu turno, ao exemplificar práticas de arquivamento que revelam traços de uma estética da existência, cita o exemplo

da norte-americana Jennifer Ringley, que decidiu exibir sua vida em um site 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem censurar nada. Tal prática, de acordo com o autor, constitui um desafio complexo aos pesquisadores interessados em decifrar escritas de si *nos e por meio* dos arquivos: “Sob muitos aspectos, [o site] é uma forma de álbum fotográfico, mas, quando mergulhamos nele, compreendemos que se trata de algo diferente, de uma experiência de si que não é mais uma enumeração e um registro apenas, mas uma disposição de imagens em série”, em consequência, “o arquivo funciona como um grande relato a ser descoberto” (p. 50). Finalmente, o criativo texto sobre o arquivo pessoal de Hélio Oiticica também discute os desafios que o mundo digital coloca aos mantenedores e usuários deste tipo de acervo. Como mencionado anteriormente, um incêndio destruiu boa parte do arquivo em 2009, porém, uma porção significativa dele está preservada em meio digital. Tendo por base essa situação, Frederico Coelho pergunta: “qual a função de um arquivo quando o que nos resta dele é apenas a sua cópia digital, salva em discos rígidos, quando não há qualquer lastro físico da história arquivada?” (p. 263). Sua questão ecoa muito além do caso específico e repercute em todos aqueles que trabalham *em e a respeito de* arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, ao colocar em xeque uma dicotomia muito presente entre profissionais das Ciências Humanas e das Ciências da Informação, aquela entre original e cópia. O autor, especificamente, sem deixar de reconhecer que, com o incêndio, houve uma perda do componente aurático dos papéis, imagens e objetos físicos (e também do controle dos herdeiros sobre o legado de Oiticica), prefere apostar em uma via mais otimista: “[...] o incêndio, apesar de tudo, pode apresentar ao mundo um novo Hélio Oiticica: esvaziado na potência sensível de seus objetos, de suas cores e formas, porém fortalecido na salvação textual e fabuladora de suas ideias e invenções” (p. 277).

Enfim, o livro de Travancas, Rouchou e Heymann, ao transitar entre velhos e novos desafios referentes ao estudo dos arquivos privados, oferece contribuições significativas para pensar o tema, e demonstra que a “aventura”, anunciada em 1998 pela revista *Estudos Históricos*, está longe de se encerrar.

Notas

1- *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 7.

2 - Um estudo muito bem-sucedido com esta problemática é o de HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

3 - Ver, por exemplo, SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006. No livro, a autora realiza uma biografia do imigrante alemão Jacob Aloys Friederichs, liderança importante junto à

comunidade teuta de Porto Alegre, efetuando também uma interessante análise de seu arquivo pessoal.

4 - GOMES, Ângela Maria de Castro. "Nas malhas do feitiço": O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998, p. 125.

5 - POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

Recebido em 15/04/2014

